



UMA REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA NA ESCOLA PÚBLICA

Autor(a): Tássia Emanuela Santos Lima

Co- Autor(a): Jéssica Roberta Araújo Ferreira

Universidade Estadual da Paraíba-UEPB

tassialima74@gmail.com

jessicarobertta.f@gmail.com

Resumo: Esse trabalho foi elaborado para contemplar a última etapa do componente curricular, Estágio Supervisionado I pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB. Durante o processo de acompanhamento de aula expositiva de língua portuguesa buscávamos perceber por qual métodos didáticos as aulas se realizavam para, assim, conseguirmos associar os estudos teóricos a realidade encontrada em sala de aula. Assim, temos o objetivo de descrever e analisar as aulas, métodos didáticos, de língua portuguesa e através de tal perceber se assume funcionalidade na vida cotidiana dos alunos. O presente artigo justifica-se pela necessidade flexiva sobre as práticas de ensino de língua portuguesa atualmente e se estão em consonância com teóricos que indicam as práticas metodológicas coerentes. Nossa análise se respaldará nas observações das aulas de língua no ensino fundamental II em uma escola localizada no bairro do Catolé em Campina Grande. Nosso estudo tem como aporte teórico: Antunes (2003), Bagno (1999), PCN (1997, 1998), OCEM (2008) Dolz, J. M Noverraz, M., e Schneuwly, B.(2004), Freire (1997), Kleiman (2007), Marcuschi (2008) e Neves(2002). A partir destes será possível comprovar a importância do ensino coerente de língua portuguesa.

Palavras Chaves: Ensino, práticas metodológicas.

INTRODUÇÃO

É no processo de formação docente que se constrói a base na qual o profissional de letras irá centrar sua carreira, é nele que o futuro professor descobre a perspectiva de ensino a qual se vinculará, tendo em vista os objetivos e metas que almeja alcançar, além de compreender as especificidades e dimensões da realidade escolar, possibilitando a mudança sobre a mediação professor/aluno com o objetivo de obter mais rendimento dos discentes. Quebrando assim aquele contexto, em que *professor ensina e aluno observa, se posicionando apenas como receptor, sem poder questionar ou até mesmo fazer algum comentário crítico.*

Nos cursos de licenciatura em geral e de licenciatura em língua portuguesa em específico, muito se reflete e discute sobre teorias de ensino, aprendizagem, processo didático, teoria sobre leitura e produção de textos, análise de métodos expositivos, avaliativos etc.



Entre tantas teorias, a disciplina de Estágio Supervisionado I, vem justamente fazer a interação/composição entre a teoria e a prática.

Com o intuito de proporcionar ao estagiário a oportunidade de conhecer e analisar o ambiente de ensino/aprendizagem no qual atuará, bem como de iniciar o processo crítico na construção do seu próprio método pedagógico, com base no que vivencia no estágio supervisionado. Assim argumenta os PCN (2006, p. 6) “estar formado para a vida significa saber se informar, comunicar-se, argumentar, compreender e agir, participar socialmente, de forma prática e solidária; ser capaz de elaborar críticas ou propostas [...]”. Durante este processo de interação, os futuros docentes têm a oportunidade de analisar e refletir sobre como será sua prática, seus erros e acertos, adaptando as melhores propostas às dificuldades e realidade(s) da(s) turma(s), além de encerrar as diversas situações advindas do contato diário em sala de aula.

Nossa experiência foi vivenciada em uma Escola Municipal de ensino fundamental situada em Campina Grande. A produção deste relatório se justifica, ainda, pela necessidade de, registrar nossas observações e reflexões, auxiliar na formação de nossa didática docente, tendo em vista que a partir dos pontos negativos observados iremos, futuramente, buscar métodos de aperfeiçoamento e melhores estratégias de ensino, bem como nos apoiaremos nos pontos positivos observados como um referente inicial da construção de nossa prática.

Para tanto, este relatório será dividido em dois tópicos de essencial importância: o tópico 1, trata-se da fundamentação teórica, e o tópico 2, o qual tecemos uma série de relatos sobre a nossa experiência no Estágio Supervisionado I. Concluiremos, então, expondo nossas reflexões finais seguidas pelas referências e anexos.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresentamos a seguir as premissas teóricas que serviram de base para as reflexões feitas em sala de aula e que agora utilizamos como suporte teórico para a elaboração desse relatório. Para melhor compreensão, apresentamos as teorias referentes ao ensino de Língua Portuguesa, no tópico 1.1. Utilizaremos como referencial teórico as obras de: Bagno (1999); PCN (1997,1998); OCEM (2006); Kleiman (2007); Antunes (2003); Neves (2002). Estas teorias servirão como base para as reflexões que traremos posteriormente sobre a relação do relato de experiência na prática do ensino de Língua.



1.1 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Através do domínio da Língua Materna, tanto oral quanto escrita, o sujeito adquire a capacidade de se comunicar, obter e transmitir informações, bem como selecioná-las, de modo a construí-las como conhecimento e visão de mundo, tornando-se um sujeito crítico. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, (PCN, 1997, p. 15) afirmam que “[...] a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos”.

Assim, também defende as OCEM (2006, p. 18) “As ações realizadas na disciplina Língua Portuguesa, no contexto de ensino, devem propiciar ao aluno o refinamento de habilidades de leitura e de escrita, de fala e de escuta”, ou seja, o ensino de língua não deve deter-se apenas nos fenômenos linguísticos, ele deve envolver a linguagem como forma de comunicação, sendo assim o professor deve ser visto não apenas como uma transferência de conteúdo e sim, aquele que instiga os alunos para investigar as respostas, não aceitando tudo como verdade absoluta.

No que diz respeito ao ensino fundamental, tem-se uma preocupação voltada para formação de leitores, não apenas decodificadores, mas leitores reflexivos e críticos, e que apresentem a capacidade de desenvolver habilidades propostas pelos docentes de como identificar os diferentes sentidos que são atribuídos ao texto, constituem importantes elementos discursivos que validam a discussão e interação entre a turma. Assim afirma os (PCN, 1997, p. 54) “A compreensão crítica é algo que depende do exercício de recepção ativa: a capacidade de, mais do que ouvir/ler com atenção, trabalhar mentalmente com o que se ouve ou se lê”.

O trabalho didático de análise linguística trata-se de situações em que se busca a adequação da fala ou da escrita própria e alheia, a avaliação sobre a eficácia ou adequação de certas expressões no uso oral ou escrito, os comentários sobre formas de falar ou escrever, a análise da pertinência de certas substituições de enunciados, a imitação da linguagem utilizada por outras pessoas, o uso de citações, a identificação de marcas da oralidade na escrita e vice-versa, a comparação entre diferentes sentidos atribuídos a um mesmo texto, a intencionalidade implícita em textos lidos ou ouvidos, etc. (PCN, 1997, p. 54).

Estas situações de interação/experiência e contato irão ampliar os saberes textuais, através de habilidades desenvolvidas com o intuito de refletir sobre a língua e a linguagem, nas diferentes situações de uso. Cabe, pois, ao professor programar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno, procurando garantir a aprendizagem efetiva (PCN, 1998, p. 22).



Kleiman (2007) afirma que uma prática didática ideal para organizar o trabalho escolar deve levar em consideração à heterogeneidade dos alunos e abrir mão de pré-requisitos e progressões rígidas em relação à forma de apresentação dos conteúdos curriculares. Antunes (2003) destaca a importância do planejamento ao empregar os jogos pedagógicos. Este deve ser marcado por etapas muito nítidas e que efetivamente acompanhem o progresso dos alunos. Acrescenta, ainda, que o jogo somente tem validade se usado na hora certa, e essa hora é determinada pelo seu caráter desafiador, pelo interesse do aluno e pelo objetivo proposto.

É notório a importância do planejamento nas aulas de língua, por tal perpassam pelas diversas vertentes que a língua contempla: leitura, escrita e o estudo gramatical, possibilitam posse sobre os recursos linguísticos disponibilizados por ela. Para tanto, não podemos deixar de encadear, no presente artigo, os métodos mais apropriados para o ensino gramatical, já que existe uma recorrência de inapropriações em seu ensino nas séries finais do fundamental II.

É necessário explicar sobre o ensino de gramática também, devido à influência ainda exercida por tal, pois, foi através dela que passou a ser determinado o “adequado” e o “inadequado” nas aulas de língua portuguesa. É verdade que existe um arsenal de críticas voltadas para o ensino de gramática, mas isso ocorre quando ele é colocado em primeiro lugar no ensino de língua e é desprezado o ensino de LP que propicia o verdadeiro domínio da língua, como assevera Bagno (1999, p.107-108):

Esse ensino [...] em vez de incentivar o uso das habilidades linguísticas do indivíduo, deixando-o expressar-se livremente para somente depois corrigir sua fala ou sua escrita, age exatamente ao contrário: interrompe o fluxo natural da expressão e da comunicação com a atitude corretiva (e muitas vezes punitiva) cuja consequência inevitável é a criação de um sistema de incapacidade, de incompetência.

No entanto, isso não impede que a gramática seja lecionada nas aulas de LP. Na verdade, a causa da preocupação é quando seu ensino vem dissociado: com meras estruturas da língua isoladas que não fazem sentido algum para os alunos, por não estarem em um aspecto textual e usual linguístico. Quando na verdade, esse ensino deve se dar em momentos de interação de alunos e professores e não através de dissociações com sentenças isoladas. A língua e a gramática estão inteiramente ligadas, são partes de um mesmo corpo. Então dissociá-las para prática de ensino é o mesmo que excluir do seu corpo algo indispensável para sua vivencial matinal. Neves (2002, p.238) alerta sobre isto quando diz:



É preocupante verificar que os professores contemplam a gramática, especialmente como atividade de exercitação da metalinguagem [...] consideram que ela seja uma disciplina normativa. Despreza-se quase totalmente a atividade de reflexão e operação sobre a linguagem, do que resulta uma organização dos trabalhos em compartimentos totalmente apartados: de um lado, redação e leitura com interpretação (estruturação/representações/comunicação de experiências, mais interpretação de experiências comunicadas), e de outro, gramática (conhecimento do quadro de entidades da língua, e, também, alguns conhecimentos do que se considera bom uso da língua).

Para que o estudo da gramática venha a contribuir na aprendizagem dos discentes, é necessário que o professor deixe claro o motivo daquele estudo e qual uso farão de tal. Os docentes também devem possuir o conhecimento real dos motivos que os levam a dedicar alguns momentos de suas exposições a gramática para que seu ensino seja ressignificado, até porque se não sabemos quais objetivos devemos alcançar, dificilmente conseguiremos caminhar em direção a algo concreto e significativo no aprendizado.

A língua propicia a interação, então os docentes não podem separar o ensino gramatical da atividade discursiva e tais discursos são produzidos de pessoas para pessoas cumprindo sua funcionalidade linguística. O que deve ficar, claro em relação á prática no ensino de LP, é que existem métodos diferentes de acordo com o momento de estudo gramatical. É importante salientar que as condições dadas a escrita (ato descritivo) são diferentes da fala (ato enunciativo) então para cada momento escolhido pelo professor para gramaticalizar suas aulas devem buscar caminhos que propiciem sucesso no ensino/aprendizagem. Sabendo disso Antunes (2003) afirma que:

A fala corresponde a uma interação verbal que se define durante o tempo em que dois ou mais interlocutores alternam seus papéis de falante e ouvinte (...) A escrita corresponde a uma outra modalidade de interação verbal: a modalidade em que a recepção é adiada (...) Além disso, há um lapso de tempo, maior ou menor, entre o ato de elaboração de texto (...) e o ato de sua leitura (...) Essas diferentes condições de produção da escrita dão a quem escreve a possibilidade de conceder uma parcela de tempo maior à elaboração verbal de seu texto, bem como a possibilidade de rever e recompor o seu discurso (...)." (ANTUNES, 2003, p. 51)

As diversas funcionalidades da língua possibilitam ao professor meio para trabalhar de forma coerente com o ensino de gramática, utilizando todos os recursos linguísticos possíveis. Porém, o grande desafio é pôr em prática novos métodos didáticos, sabendo que o ensino gramatical permanece mais tradicional cada dia nas escolas.

No entanto, se o professor tiver seu trabalho direcionado por uma sequência didática, produzida pelo mesmo, seguirá com o intuito de promover um ensino/aprendizagem satisfatório utilizando todos os recursos disponíveis pela língua, o ensino de gramática não



será mais um empecilho para o bom desenvolvimento dos discentes e sim mais um momento de apropriação de conhecimento linguístico.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

2.1 SOBRE A ESCOLA¹

O estágio supervisionado I foi realizado em uma escola Municipal localizada no bairro do Catolé na cidade de Campina Grande – possui 473 alunos ao todo, dispõem de Ensino Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e EJA, possui biblioteca, laboratório de informática, quadra de esporte *em reforma* e amplas salas. A professora titular da turma de língua portuguesa nos proporcionou vivenciar e acompanhar um pouco da realidade docente no ambiente de escola pública.

2.2 VIVÊNCIA NAS AULAS DE LÍNGUA

Normalmente as aulas dadas ao 8º “A” eram as mesmas aplicadas ao 8º “B” nas aulas acompanhadas a professora deu mais ênfase ao gênero crônica e através desse estudo ela solicitou uma produção textual que valeria como atividade avaliativa recuperativa. Mesmo a crônica sendo um gênero textual literário, é necessário observar que, partindo de um olhar voltado para o ensino de língua, a docente trilhou caminho incoerente; uma vez que o objetivo de uma produção textual não deve ser apenas voltado para o âmbito avaliativo, mas ser veículo de comunicação entre seus produtores e a comunidade escolar. De acordo com Schneuwly, Dolz e Noverraz (2004) antes de solicitar a produção de um gênero textual é necessário apresentá-lo e mover essa produção através de uma motivação para tal atividade que será produzida e não de forma descontextualizada e com objetivos errôneos no qual a produção servirá apenas como pretexto para uma mera avaliação.

Sentimos, pois, a falta de uma proposta que trabalhasse com o gênero crônica do qual foi abordado em sala com o apoio e incentivo para uma reescrita não apenas, como atividade para ser atribuída à nota, mas também como forma de incentivar as possíveis escritas em outros gêneros, outra forma seria a divulgação coletiva dos textos, com intuito de interagir os

¹ Dados extraídos do site: <https://www.melhorescola.net/escola/emef->



discentes incentivando-os a fazer textos mais rebuscados/elaborados, já que circulariam pela outra sala e pelos olhares/reflexão dos outros colegas

Do ponto de vista das estagiárias a professora seguiu as orientações dadas pelos teóricos citados no parágrafo anterior, no que diz respeito a apresentação do gênero antes da solicitação da produção textual, no entanto não conseguiu cumprir os objetivos linguísticos de comunicação/ interação, deixando assim de acordo com as ideias de Antunes (2003), uma lacuna na construção de sentido cooperativa entre os sujeitos.

Na tentativa de incentivar os alunos a ler, a professora determinou um dia na semana para que fossem feitas apenas leituras silenciosa de diversos livros que perpassavam por vários gêneros textuais como: história em quadrinho, conto, romance, coletânea de crônicas e autoajuda, com todas as turmas da escola. No entanto, os alunos do 6º série não se apropriaram da proposta levada pela professora.

Nas aulas acompanhadas no 6º “A” ano percebemos o esforço feito pela professora para conseguir alcançar os alunos, porém eles se mantiveram completamente desinteressados em todos os momentos. O tempo nas turmas do 6º “A” ano pareciam não render juntamente com o conteúdo ministrado, visto que, as aulas eram interrompidas inúmeras vezes para pedir silêncio. A princípio nas turmas do 6º “A” a professora, fazia uma leitura prévia como elemento motivador da aula, juntamente com a turma, para quem se sentisse à vontade participava da leitura oral coletiva, havia o incentivo por parte da professora, para inserir todos os alunos para este momento.

No segundo momento, foi aplicada atividade extraída do LD e aconteceram pontuações sobre *substantivo abstrato e concreto*. A prática didática se deu de tal forma: a professora fez a leitura da atividade em conjunto com os alunos e a respondia junto com eles também. O que nos chamou a atenção foi no momento em que a atividade estava sendo feita, surgiram as questões direcionadas ao ensino gramatical e a docente teria que explicar como se apresentavam na língua os *substantivos* dentro da classificação de *concreto e abstrato*. Assim, a professora fez de forma pontual, escreveu na lousa, conceitos estipulados por ela sobre tal classificação e em nenhum momento inseriu o ensino gramatical a uma contextualização linguística no tocante voltada ao uso da língua portuguesa.

Então acabamos considerando, de acordo com a observação das aulas, que a professora observada possui uma prática ainda tradicional, pois, o ensino de gramática pode ser explorado em sala de aula, de modo que, tal funcione como meio utilitário linguístico e



não através de meras conceituações postas que acabam gerando o mito do “adequado” e do “inadequado” nas análises gramaticais. (Bagno, 1999).

O ensino de gramática nas séries finais do ensino fundamental II pode e deve acontecer, desde que a prática do docente seja adequada para tal. De acordo com Antunes (2003) a comunicação não é feita através de frases ou palavras soltas, mas através de um texto, composto de partes interligadas e independentes, coesas e coerentes. Então chega-se à conclusão de que o estudo de sentenças descontextualizadas ou de meras conceituações não consolidam um ensino/ aprendizagem eficaz.

O que é esquecido pela maioria dos docentes é que a gramática é parte constituinte da língua e elas não se dissociam, mas pelo contrário sempre estão unidas nos atos descritivos e enunciativos da língua. Um ensino efetivo e eficaz da gramática é aquele que possibilita aos discentes compreenderem que já a possuímos e já a falamos, mas devemos estudar para aperfeiçoar as funcionalidades linguísticas com intuito de interagir/aplicar no nosso meio social.

As práticas observadas no período de cumprimento da disciplina de estágio Supervisionado I nos levaram a refletir que cada dia mais devemos nos apoiar nas teorias compartilhadas no decorrer do curso, como também ter o olhar reflexivo para aplicação de tais práticas de ensino, que acabam trazendo prejuízo aos discentes, caso não sejam usadas de modo adequado, pois, lhes é tirado a oportunidade de alçar novos voos no tocante mais importante de suas vidas: a educação.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Portanto, ainda se faz necessário uma análise sobre a prática docente no ensino de língua portuguesa, de modo geral, justifica-se ainda pela necessidade de pôr em prática as reflexões e ensinamentos exposto na graduação e, a partir de aportes teóricos que propiciam a reflexão sobre a didática como forma de inclusão entre o docente, prática e, sobretudo o discente.

É importante que vejamos a educação, enfocando no ensino de língua, como um veículo do discente adquirir autonomia social através de tais estudos e com isso conseguir propor objetivos para seu futuro, respaldados nos referentes docentes.

Temos que confirmar que aconteceram algumas mudanças em relação ao papel do professor e do aluno em relação ao de antigamente, pois, hoje o docente tem a necessidade de buscar estímulos, e conteúdo que interajam com os discentes, de acordo com as ideias de



Cosson (2006) é necessário atentar os estudos como modo de inseri-los no cotidiano do aluno, tornando-se um meio para aproxima-lo ao contexto escolar.

Assim, o componente curricular de Estágio Supervisionado se faz importante para o aluno em formação, visto que, formar professor é uma tarefa bastante complexa. É o momento pelo qual ele vivencia o contato com o mundo real, que é possível integralizar a teoria com a prática, e refletir sobre os rumos da educação brasileira, apesar de saber que os caminhos não são fáceis.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: O que é, como se faz**. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: 144p. 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclo de Ensino Fundamental: Língua Portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Conhecimentos de Língua Portuguesa; Conhecimentos de Literatura. In: **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

DOLZ, J. M NOVERRAZ, M., e SCHNEUWLY, B. **Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento'**. In: DOLZ, J. SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa** . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 1. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. **Segunda parte: Gêneros textuais no ensino de língua**. p. 146-163.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática-história, teoria, análise e ensino**. São Paulo. UNESP, 2002.

KLEIMAN, A. **Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna**. In: **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 1-25, dez, 2007.